

ESTADO DE SÃO PAULO

Plano não vai mexer na poupança

19 NOV 1993

Econ-Brasil

Wilson Pedrosa/AE

Ministro da Fazenda garante que não usará redutor para corrigir depósitos de cadernetas

**BEATRIZ ABREU
e RIBAMAR OLIVEIRA**

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, garantiu ontem que não utilizará um índice com redutor para corrigir os depósitos em cadernetas de poupança. "A poupança é intocável" afirmou. A mesma reação teve o líder do governo na Câmara, Roberto Freire, para quem, qualquer plano de estabilização econômica que afete a rentabilidade dos depósitos de poupança, em virtude desse sistema de prefixação, não contará com o apoio do presidente Itamar Franco.



A criação de um novo indexador para a economia, em substituição à Taxa Referencial de juros (TR) e à Unidade Fiscal de Referência (Ufir) e que passaria a corrigir os impostos, as tarifas públicas, o câmbio e as aplicações financeiras, inclusive a poupança, é tida como certa por técnicos da área econômica.

Mas negam que o plano de combate à inflação, a ser anunciado provavelmente nos primeiros dias de dezembro, inclua um redutor. "A adoção de um novo índice, com um redutor mensal, equivaleria a um novo confisco", advertiu um importante colaborador do ministro da Economia.



Fernando Henrique Cardoso: "A poupança é intocável"

Um amigo do presidente Itamar Franco disse que "é mais fácil um boi voar" do que o presidente aceitar um plano econômico que lembre, por mais remoto que seja, o que foi feito pelo ex-presidente Fernando Collor, que promoveu o confisco em 1990. "Itamar teve todas as suas economias bloqueadas

pela Zélia (ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello) e ficou extremamente irritado com o Collor e com ela", afirmou. "Principalmente porque Collor dizia que não mexeria na poupança", acrescentou.

Para mostrar a sensibilidade de Itamar Franco com relação à ca-

derneta de poupança, o líder Roberto Freire lembrou o que aconteceu quando o governo começou a estudar a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). "O presidente perguntou logo: 'e como fica a poupança?'. Imediatamente após essa pergunta, os técnicos da área econômica começaram a estudar uma forma de isentar os depósitos do novo imposto e terminaram criando a caderneta trimestral, sobre a qual o IPMF acabou não incidindo.

Vários assessores do ministro lembraram a existência de problemas técnicos e políticos para a adoção do redutor. Em primeiro lugar, lembraram que a medida teria um efeito devastador sobre as

receitas tributárias da União, porque os impostos recolhidos não manteriam o seu valor real como ocorre hoje, porque estão protegidos pela indexação à UFIR. Em segundo lugar, o reajuste das tarifas públicas abaixo

da inflação provocaria déficit médio prazo e a necessidade de um novo tarifaço.

Depois, a introdução desse redutor implicaria em quebra de contratos já existentes, obrigaria o governo a usar as famosas tablitais (necessárias para eliminar a expectativa de inflação futura que está embutida nos contratos prefixados) e o plano terminaria acabando na Justiça, como ocorreu com os Planos Bresser, Verão e Collor. "Todos eles comeram parte da inflação", explicou um técnico.

**ITAMAR NÃO
ACEITA PLANO
QUE LEMBRE O
DE COLLOR**